



**POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS E O PLANO NACIONAL DE
EDUCAÇÃO: desafios, perspectivas e avanços**

**AFFIRMATIVE ACTION POLICIES AND THE NATIONAL EDUCATION PLAN:
challenges, perspectives, and advances**

**POLÍTICAS DE ACCIONES AFIRMATIVAS Y EL PLAN NACIONAL DE
EDUCACIÓN: desafios, perspectivas y avances**

Andréia da Silva Quintanilha Sousa¹
<https://orcid.org/0000-0002-4540-4020>
Fabiane Aparecida Santos Clemente Salles²
<https://orcid.org/0000-0003-3214-428X>

¹ Departamento de Fundamentos e Política da Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, Rio Grande do Norte, Brasil, CEP: 59078-970. E-mail: andreia.quintanilha@ufrn.br

² Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT). Barra do Garças, MT, Brasil, CEP 78.600-000. E-mail: fabiane.clemente@ufmt.br

Este Dossiê comemorativo dos 15 anos da *Revista Exitus* celebra uma trajetória dedicada à produção e à circulação de conhecimento crítico no campo da educação. Ao reunir artigos que abordam diferentes experiências e perspectivas, reafirma-se o compromisso da revista com a difusão de pesquisas que problematizam, em escala regional, nacional e internacional, as políticas educacionais e sua articulação com a justiça social. Mais do que celebrar uma trajetória editorial, esta edição especial convida à reflexão sobre os desafios contemporâneos da educação, fortalecendo o diálogo entre pesquisadores, instituições e movimentos sociais em torno da construção de práticas mais democráticas e inclusivas.

Nas últimas décadas, o papel das ideias na elaboração de políticas públicas tem sido amplamente ressaltado por distintas vertentes analíticas. Considerar esse papel permite não apenas reconhecer a força das ideias, mas também distinguir os diferentes atores – individuais, institucionais ou coletivos – que as mobilizam e defendem.

De fato, as políticas públicas são fundamentais para a promoção de direitos e a redução das desigualdades sociais, econômicas e culturais. Elas são resultado de processos políticos complexos, que envolvem desde o diagnóstico de problemas, a definição de prioridades e a elaboração de estratégias, até a implementação de ações voltadas ao interesse coletivo.

Contudo, tais processos não se limitam a etapas formais ou técnicas: eles também possuem uma dimensão cognitiva e simbólica. Isso significa que os atores envolvidos não apenas operam políticas, mas também interpretam, enquadram e atribuem significados às questões sociais. Nesse movimento, influenciam diretamente quais problemas passam a ser reconhecidos, de que forma são compreendidos e quais soluções são consideradas possíveis e legítimas.

A teoria cognitiva, como aponta Teun A. van Dijk (2021), é social e exige um estudo do conhecimento socialmente compartilhado, construindo o significado local e global de um discurso. Assim, compreender as políticas públicas exige analisar simultaneamente suas dimensões materiais e institucionais e suas dimensões ideacionais e discursivas, nas quais se confrontam diferentes projetos de sociedade e disputas de sentido (Muller, 2018).

No campo educacional, tais políticas assumem papel estratégico para garantir o acesso universal à educação de qualidade, articular diferentes níveis e modalidades de ensino e enfrentar as assimetrias históricas que marcam a América Latina.

O Estado, nesse contexto, precisa ser entendido como um aparato não neutro que é pressionado a criar políticas reparatórias diante da persistência das desigualdades sociais e raciais.

Como afirma Muniz Sodré (2023, p. 21), o racismo é central na vida política e social da América, constituindo um “mecanismo básico da coesão da aliança fundadora [...]. A democracia resultante, apregoada como modelo universal é internamente perversa”, o que exige a atuação de forças emancipatórias e movimentos insurrecionais capazes de romper com essa lógica injusta ainda marcada pela herança da escravidão – como também sustenta Jessé Souza (2022).

Nesse percurso, as políticas públicas assumem papel estratégico na luta pelo enfrentamento e superação das desigualdades históricas que estruturam a sociedade brasileira.

A sua formulação e implementação não resultam apenas de decisões institucionais, mas da pressão e do protagonismo de diferentes atores sociais. Os intelectuais antirracistas, as organizações governamentais e não governamentais comprometidas com a construção de uma sociedade mais justa e democrática e, de modo especial, o movimento negro, emergem como forças políticas fundamentais. Esses sujeitos coletivos não só reivindicaram e pressionaram pela aprovação de políticas reparadoras, como também contribuíram decisivamente para a produção dos referenciais conceituais e das bases teóricas que lhes conferiram legitimidade e sustentação (Gomes, 2017).

Entre essas políticas, as ações afirmativas se destacam por seu caráter reparatório e transformador. Voltadas a grupos historicamente marginalizados – como populações negras, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência e estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica –, elas buscam não apenas corrigir desigualdades de acesso, mas também garantir condições de permanência e conclusão, reforçando o reconhecimento da diversidade e a representação desses sujeitos nos espaços educacionais e decisórios. Ao conjugar redistribuição de recursos, reconhecimento identitário e representação em espaços de poder, as ações afirmativas ampliam a democratização do ensino e contribuem para a construção de uma sociedade mais justa.

Para que essa transformação se efetive e a justiça social se materialize, é indispensável que as políticas públicas sejam elaboradas e implementadas de forma democrática, participativa e sensível às especificidades dos grupos historicamente marginalizados. Isso significa ir além da formulação de normas e programas, exigindo a mobilização de recursos, a articulação intersetorial e o acompanhamento contínuo dos resultados, de modo a assegurar sua capacidade de enfrentar estruturas sociais excludentes. Nessa direção, é possível aproximar tais políticas da noção de justiça tridimensional proposta por Nancy Fraser (2024), que articula redistribuição, reconhecimento e representação como dimensões indissociáveis da justiça social.

Um exemplo emblemático dessa perspectiva é o Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, e com vigência prorrogada até 31 de dezembro de 2025, por meio da Lei nº 14.934/2024. O PNE sintetiza a importância das políticas públicas para a construção de uma sociedade mais justa e democrática ao estabelecer metas de longo prazo que, embora tensionadas por disputas políticas e econômicas, expressam a tentativa de garantir direitos educacionais universais em diálogo com demandas sociais emergentes.

De fato, o Plano Nacional de Educação constitui uma das mais relevantes políticas públicas do setor ao estabelecer diretrizes, metas e estratégias que orientam a atuação de todos os entes federados. Entre as metas, destacam-se as seguintes estratégias:

- 12.5 – ampliar as políticas de inclusão e de assistência estudantil dirigidas aos estudantes de instituições públicas, de modo a reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior;
- 12.9 – ampliar a participação proporcional de grupos historicamente desfavorecidos na educação superior, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei;
- 12.13 – expandir atendimento específico a populações do campo e comunidades indígenas e quilombolas em relação a acesso, permanência, conclusão e formação de profissionais para atuação nessas populações.

Esses dispositivos evidenciam que o PNE reconhece a centralidade das ações afirmativas na promoção da equidade no ensino superior, estabelecendo um marco legal e programático que articula metas educacionais e justiça social.

As ações afirmativas e as metas como as do PNE não são apenas medidas compensatórias, mas instrumentos estratégicos para transformar estruturas exclucentes, ampliar a democracia e promover uma justiça social multidimensional e processual.

Cabe destacar, que o PL 2.614/2024, que aprova o PNE para o decênio 2024-2034, inaugura uma nova etapa na agenda educacional brasileira ao estabelecer 18 objetivos, 58 metas e 252 estratégias e ocorre em um contexto no qual as políticas públicas não podem mais ser meramente declarativas, mas exigem efetiva mobilização democrática de atores, recursos intersetoriais e mecanismos de monitoramento.

A nova versão do PNE abre caminho para que a educação assuma um papel central na construção de uma sociedade menos desigual, mais plural e capaz de dar voz a grupos historicamente marginalizados. No entanto, o ganho simbólico desse novo ciclo dependerá da sua materialização: da vinculação de orçamento, da institucionalização de participação social efetiva, da articulação entre diferentes níveis (federal, estadual, municipal) e do desenho de mecanismos de monitoramento que não deixem em segundo plano as meta-indicadoras. Em suma, o PL 2.614/24 representa uma janela de oportunidade para transformar o Estado enquanto aparato não neutro em agente de reparação e emancipação – se for levado adiante com coragem política e ação concreta.

Os atores sociais e institucionais constroem significados sobre o que é justo ou injusto, quais demandas merecem prioridade e quais soluções são viáveis e legítimas. Essa construção cognitiva influencia a formulação, implementação e avaliação das políticas, incluindo as ações afirmativas.

No campo educacional, essa perspectiva integrada revela que promover justiça não se limita a ampliar vagas ou recursos; é também reconhecer e valorizar a diversidade de trajetórias e saberes, assegurar que os sujeitos historicamente marginalizados participem da formulação, execução e avaliação das políticas que os afetam e desafiar enquadramentos que possam invisibilizar ou distorcer suas demandas.

Nesse sentido, a divulgação e socialização das pesquisas produzidas por docentes, estudantes e grupos de pesquisa – como as que compõem este dossiê – desempenham papel fundamental. Ao trazer evidências, análises críticas e proposições, essas investigações contribuem para o aprimoramento das políticas públicas, fortalecem a incidência social e política e alimentam o debate público com perspectivas comprometidas com a construção de uma sociedade mais justa, plural e democrática.

A maior parte das discussões aqui reunidas foi desenvolvida no âmbito da Rede Universitas Br, especialmente nos Eixos 5 e 6, por pesquisadoras e pesquisadores vinculados a projetos aprovados e financiados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Essa vinculação evidencia não apenas a relevância acadêmica, mas também a legitimidade institucional e científica das análises apresentadas, situando o dossiê como um marco reflexivo em um contexto de desafios e perspectivas para as políticas públicas de educação no Brasil e na América Latina.

O primeiro artigo, das autoras Ruby Esther León-Díaz e Liliana Marcela Cañas-Baquero, intitulado “Acciones afirmativas, multiculturalismo y planes de política pública: ¿una relación (im)posible en la educación superior?”, analisa as ênfases discursivas adotadas pelo Estado para delimitar o escopo e os beneficiários das ações afirmativas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024 (Brasil), no Plano Decenal de Educação 2016-2026 (Colômbia) e nos planos de desenvolvimento e plurianuais de ambos os países durante o período de 2014-2026. O estudo identifica 108 medidas: 51% classificadas como ações afirmativas, 43% como políticas multiculturais e 6% com ambas as características. A pesquisa evidencia avanços e desafios na construção de estados multiculturais frente aos mitos nacionais que moldam a percepção e a implementação das ações afirmativas.

O artigo das autoras Edneide Jezine e Francijane Lima dos Santos, intitulado “A política de cotas na Pós-Graduação e a relação com o PNE 2014-2024: aproximações com a crítica reproduтивista de Bourdieu”, analisa a relação entre a política de cotas na pós-graduação e o Plano Nacional de Educação (2014–2024), destacando a luta histórica de grupos marginalizados, como a população negra. Com base na teoria crítico-reproduтивista de Pierre Bourdieu, comprehende a pós-graduação como nível de difícil acesso para grupos sub-representados e aponta que o PNE não apresenta avanços significativos na garantia desse direito. Defende que ampliar o acesso desses grupos à pós-graduação rompe com a lógica elitista e ideológica que sustenta o racismo na hierarquia de classe e do conhecimento.

O artigo “Política de cotas e planejamento estratégico: uma análise das IFES das regiões Norte e Nordeste”, dos autores Aparecida Luzia Alzira Zuin, André Luiz Pestana Carneiro e Eliane Bastos, analisa como as Instituições Federais de Ensino Superior incorporam as ações afirmativas em seus Planos de Desenvolvimento Institucional, com foco na implementação da Lei n.º 12.711/2012. A pesquisa examina os PDIs da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), buscando identificar o grau de institucionalização dessas políticas e sua efetividade no enfrentamento das desigualdades étnico-raciais. Com base em abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental, o estudo evidencia o nível de compromisso das universidades com a equidade racial e social.

As autoras Andréia da Silva Quintanilha Sousa, Emanuelle Lourenço do Nascimento e Girliany Santiago Soares, no artigo “Políticas de ações afirmativas nas Ifes: é possível reformular espaços de poder nas universidades públicas?”, analisam a temática à luz da abordagem cognitiva de políticas públicas, em diálogo com a análise crítica do discurso e com a concepção tridimensional de justiça social de Nancy Fraser. As autoras evidenciam que ainda persistem desafios para a efetiva inclusão étnico-racial, que envolvem não apenas a democratização do acesso, mas também a permanência, a conclusão dos cursos e a ampliação dos espaços de escuta. Argumentam que o racismo institucional não será superado apenas por meio da redistribuição e do reconhecimento, sendo necessária também uma reconfiguração da representação, na qual o discurso desempenha papel central para a consolidação da representação política e institucional.

O artigo da professora Fabiane Aparecida Santos Clemente Salles apresenta discussões sobre gênero e raça na docência da educação superior brasileira por meio de um mapeamento sistemático do campo científico de produção de conhecimento. Seus principais resultados

corroboram pesquisas anteriores: escassez de docentes negras, necessidade de articulação de políticas públicas e institucionais efetivas, ações emergenciais para combater o racismo estrutural e o sexismo, bem como a resistência e a luta como alicerces de mudanças.

O artigo intitulado “Desafios e perspectivas para o acesso de mulheres negras à educação superior pública na região Centro-Oeste: um olhar a partir da meta 12 do PNE”, das professoras Joelma Inês Evangelista, Carina Elisabeth Maciel e Danielle Xabregas Pamplona Nogueira, corrobora as discussões do artigo citado anteriormente. Embora tenham ocorrido avanços significativos na ampliação do acesso e aumento considerável de mulheres negras ingressando e concluindo a educação superior por meio da política de cotas, o artigo apresenta como resultados preliminares o fato de que ainda persistem desafios estruturais que exigem um novo olhar sobre as políticas públicas vigentes, especialmente no que se refere às estratégias de permanência desse público nas universidades, bem como a inclusão de relatórios de monitoramento da política de cotas nos ciclos de avaliação do próximo PNE.

O artigo das autoras Daniele do Nascimento Leandro e Ana Paula Romão de Souza Ferreira, intitulado “As lutas recentes para a implementação das ações afirmativas com recorte racial na UFPB”, analisa a implementação das ações afirmativas com recorte racial na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), destacando o papel do Movimento Negro Paraibano e a participação da sociedade civil e de estudantes no processo de elaboração e ampliação das cotas, inclusive na pós-graduação em educação. A pesquisa, de abordagem qualitativa e fundamentada no materialismo histórico-dialético, discute as contradições entre discursos oficiais e silenciamentos, evidenciando a resistência da população negra para preservar memória, legado e avanços nas políticas públicas voltadas a esse grupo.

Por fim, neste dossiê encontra-se a discussão sobre a “Matriz curricular em licenciatura de pedagogia: reflexões sobre a formação de formadores em Mato Grosso”, apresentada pelos autores Karina de Almeida Sousa, Paulo Alberto dos Santos Vieira e Tânia Paula da Silva. O artigo analisa a alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) pelas Leis n.º 10.639/03 e n.º 11.645/08, que incorporam reivindicações históricas de representatividade e reconhecimento de grupos subalternizados. Foca nas Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, destacando suas implicações para a formação de educadores nas Instituições de Ensino Superior. A partir da análise do Projeto Político-Pedagógico do curso de Pedagogia da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), o estudo investiga como práticas

pedagógicas foram (re)elaboradas para atender às exigências legais, oferecendo subsídios para o debate sobre políticas educacionais, seus desafios e possibilidades.

Todos os artigos deste dossiê apresentam análises profundas e fundamentadas que dialogam com os campos normativo e cognitivo, revelando como, ao longo das últimas duas décadas, processos políticos, movimentos sociais, discursos, práticas, procedimentos, saberes e produtos pedagógicos vêm sendo (re)elaborados para enfrentar as exclusões históricas e garantir a inclusão efetiva de grupos marginalizados. Essa construção coletiva não apenas amplia o acesso, mas também promove a permanência, o reconhecimento e a participação plena desses sujeitos, apontando caminhos essenciais para a transformação estrutural das instituições educacionais e da sociedade como um todo.

Assim, o conjunto das pesquisas aqui reunidas fortalece o compromisso com a justiça social, a equidade e a pluralidade, reafirmando a urgência de políticas públicas sensíveis, democráticas e transformadoras. Concluir este percurso na edição comemorativa dos 15 anos da *Revista Exitus* é motivo de grande satisfação, pois evidencia a maturidade editorial alcançada e a relevância das reflexões que a revista tem inspirado. Celebrar essa trajetória significa também reafirmar o compromisso coletivo de continuar produzindo conhecimento crítico e socialmente engajado em diálogo permanente com os desafios do presente e as esperanças de futuro.

REFERÊNCIAS

- DIJK, Teun A. van. **Discurso antirracista no Brasil**: da abolição às ações afirmativas. São Paulo: Contexto, 2021.
- FRASER, Nancy. **Destinos do feminismo**: do capitalismo administrado pelo Estado à crise neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2024.
- GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.
- MULLER, Pierre. **As políticas públicas**. Rio de Janeiro: Euff, 2018.
- SODRÉ, Muniz. **O fascismo da cor**: uma radiografia do racismo nacional. Petrópolis: Vozes, 2023.
- SOUZA, Jessé. **Brasil dos humilhados**: uma denúncia da ideologia elitista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

Histórico Editorial

Submetido: 20 de novembro de 2026.

Publicado: 05 de janeiro de 2026.

Minicurrículo

Andréia da Silva Quintanilha Sousa

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professora Titular da Universidade Federal de Rondônia, lotada provisoriamente na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professora do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação PPGED/UFRN. Líder do Grupo de Pesquisa Análise de Políticas Públicas Intersetorial(GAPPI/CNPQ). Coordena a pesquisa intitulada “Políticas de inclusão e diminuição das desigualdades na educação superior no Brasil, Argentina e Colômbia”, pesquisa aprovada na chamada CNPQ/MCTI Nº 44/2024.

Contribuição de autoria: Escrita e revisão.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9086814725183565>.

Fabiane Aparecida Santos Clemente Salles

Pós-Doutora em Educação (PUCRS), Doutora em Ciências da Educação, Mestre em Administração, Graduada em Administração e em Pedagogia. Professora da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT). Líder do grupo de pesquisa (UFMT/CNPQ): Competências e Interculturalidade na Educação (GCIE). Temas de interesse: Interculturalidade, Decolonialidade, Gênero, Relações étnico-raciais e Competências.

Contribuição de autoria: Escrita e revisão.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9747085174436234>.

COMO REFERENCIAR - ABNT

Sousa, Andréia da Silva Quintanilha; Clemente-Salles, Fabiane Aparecida Santos. Políticas de ações afirmativas e o Plano Nacional de Educação: desafios, perspectivas e avanços. **Revista Exitus**, Santarém/PA, v. 16, e026001, 2026. <https://doi.org/10.24065/re.v16i1.2996>

COMO REFERENCIAR - APA

Sousa, A. da S.Q. & Clemente-Salles, F.A.S. (2026). Políticas de ações afirmativas e o Plano Nacional de Educação: desafios, perspectivas e avanços. *Revista Exitus*, 16, e026001, p. 1-9. <https://doi.org/10.24065/re.v16i1.2996>

Licença de Uso

Licenciado sob a Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite compartilhar, copiar, redistribuir o manuscrito em qualquer meio ou formato. Além disso, permite adaptar, remixar, transformar e construir sobre o material, desde que seja atribuído o devido crédito de autoria e publicação inicial nesta revista.